

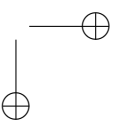
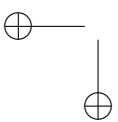
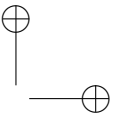
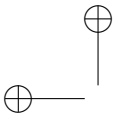
**Verdade historiográfica,
criticamente assegurada**



Américo Pereira

2018

www.lusosofia.net





LUSOSofia:PRESS

Covilhã, 2018

FICHA TÉCNICA

Título: *Verdade historiográfica, criticamente assegurada*

Autor: Américo Pereira

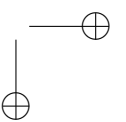
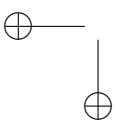
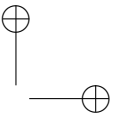
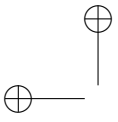
Colecção: Artigos LUSOSOFIA

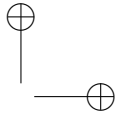
Design da Capa: António Rodrigues Tomé

Composição & Paginação: Filomena Santos

Universidade da Beira Interior

Covilhã, 2018





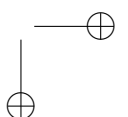
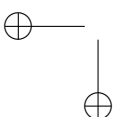
Verdade historiográfica, criticamente assegurada

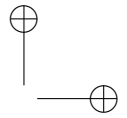
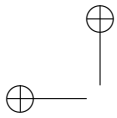
Américo Pereira

É comum pôr-se em questão o valor científico e de verdade geral do relato de eventos, quaisquer. No entanto, tudo se pode pôr em causa: Sócrates de Atenas existiu?; o que os *Evangelhos* narram aconteceu mesmo?; D. Afonso Henriques foi materialmente real?

Todas as fontes podem ser postas em causa. Nunca é possível, mesmo depois do mais refinado trabalho de heurística crítica relativamente às fontes, quaisquer, repito, deixar de ter de praticar um acto de fé no que é a real validade absoluta do produto a que se chegou. Neste sentido, quaisquer fontes, literárias ou diferentemente monumentais, integram-se neste mesmo ambiente epistemológico, não são mais ou menos confiáveis: são tão confiáveis quanto todas as outras que foram submetidas a rigorosos processos de crítica historiográfica em busca do que se pode chamar verdade histórica, mas que nunca será mais do que «verdade historiográfica criticamente assegurada».

O grande problema relativo a qualquer fonte, de qualquer tipo, em termos históricos e historiográficos, diz respeito à realidade da mesma. Apesar do que ficou dito acima, não se trata de uma questão de mera fiabilidade, isto é, uma questão de fé, mais ou menos racional, mas de uma questão ontológica, quer dizer, segundo o ser do que tenha sido isso a que as fontes historiográficas se referem





como sendo o objecto – exactamente real – da sua atenção científica.

Tal significa, sempre, que, primeiro, há que distinguir, sem margem para dúvidas, o que é a realidade histórica em si mesma e o que é a realidade historiográfica, que se refere apenas ao que é possível registar, o mais fielmente possível, de isso que foi a realidade histórica propriamente dita. Desde já se deixe inequivocamente claro que a distância, segundo o ser, entre o que foi a realidade histórica e o que é a realidade historiográfica é esmagadoramente grande e irreduzível, bem como insuperável.

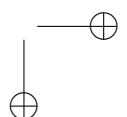
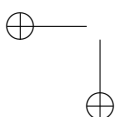
A historiografia é um acto memorial, que depende de dados monumentais, em formas várias.

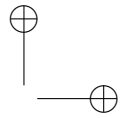
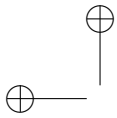
O dado monumental é o registo, em muitas formas, materiais, do que sobreviveu de isso que foi o real histórico em seu ser próprio, para sempre perdido como tal.

Assim, a realidade histórica propriamente dita, em si mesma, corresponde à totalidade dos actos que vão construindo a própria realidade do mundo como um todo. Ora, tal significa, uma vez que tudo está relacionado com tudo, segundo o ser, na tessitura do mundo, que qualquer acto que se queira tomar como centro isolado de atenção, nem por tal deixa de ter, como parte do seu ser, do seu acto, todos os outros seres/actos que desde sempre construíram o acto do mundo, do próprio universo. A complexidade e imensidade do objecto historiográfico não é menos do que isto. Pode fingir-se que não é, mas tal corresponde a um erro estratégico do ponto de vista epistemológico.

Dois exemplos servirão para perceber a pertinência do que foi afirmado: o primeiro de vastíssima amplitude; o segundo de amplitude mais restrita, mas ambos relevam a importância decisiva da ligação universal de todos os actos.

Consideremos um facto histórico e historiográfico qualquer ocorrido no planeta Terra. Se não tivesse havido o famoso *big bang*, com todas as derivas cosmogónicas nele implícitas e de que o mun-





do é explicitação, não haveria algo como o planeta Terra e, não havendo este, não haveria tal facto qualquer.

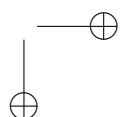
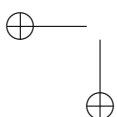
Este exemplo, aparentemente exagerado, é propositado para que se perceba que *o mais remoto dos acontecimentos mundanos tem um poder absoluto sobre todo e qualquer acto construtor da história* e, como consequência, da possível sua historiografia. É evidente que, para se fazer o relato histórico de qualquer evento não é preciso, comumente, remontar ao *big bang*. No entanto, ele lá está, ainda agora, como o acto primeiro de tudo, logo de qualquer evento.

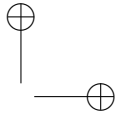
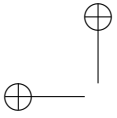
No entanto, mudando da física cosmológica para o seu paralelo semântico que é o relato da criação no *Génesis*, todo o crente sabe que tudo o que se segue em termos históricos depende, em absoluto, dos grandes actos relatados – historiograficamente a seu modo peculiar – em tal obra. Sem *Génesis*, não haveria Belém ou Gólgota ou Emaús.

Note-se que o que se sabe de todos os eventos reais que a *Bíblia* relata é apenas um ínfimo pedaço do que foi a sua realidade, seja o cativo no Egito seja o todo da vida de Cristo.

Deste modo, percebe-se que a diferença em termos de actualidade entre o que foi a actualidade real histórica – o que realmente aconteceu, no seu pormenor tendencialmente infinitesimal – e o que é a actualidade historiográfica de qualquer relato é tendencialmente infinita. Passamos a explicar.

Da historiografia dita laica, um exemplo conhecido, o relativo à famosa Batalha das Termópilas, de que a existência da civilização ocidental dependeu e depende. Menos de dois mil homens de origem helénica opuseram-se durante cerca de três dias a uma massa de guerreiros profissionais Persas cerca de cem vezes superiores em número, tendo evitado que estes passassem para o interior das terras Gregas, o que permitiu que os Helenos se reorganizassem e pudessem opor posterior defesa que acabou por triunfar.





A maior parte dos defensores morreu nesta batalha. Ora, que fez cada um deles, exactamente? Quantos eram exactamente? Como se chamavam, exactamente? Quem eram os seus familiares? Quantos golpes de lança e de espada cada um deles desferiu? Quantos homens inimigos cada um deles matou? O que pensou cada um deles, em cada momento da acção, sobretudo antes de morrer, exactamente?

Nenhuma destas perguntas, todas pertinentes, tem ou pode algum dia ter resposta. *Sobre esta batalha*, estudada com grande interesse e profundidade desde há mais de dois mil anos, *quase nada se sabe*. Nem sequer se sabe exactamente os números de homens envolvidos, um dos dados supostamente mais fáceis de obter.

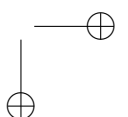
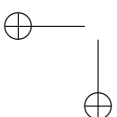
Que se sabe, então, da Batalha das Termópilas, tão importante para a definição do Ocidente e do mundo, dada a importância da influência posterior do Ocidente sobre o mesmo? A resposta é: *quase nada*.

Ora, o que ficou dito acerca deste evento complexíssimo do ponto de vista de seu acto histórico, é válido para todos os actos históricos, na sua relação com o que é o labor historiográfico, por melhor que este seja, e há trabalhos de uma extraordinária grandeza epistemológica.

Mesmo resolvidas as questões metodológicas e aplicando excelentes métodos do ponto de vista epistemológico, a distância ontológica entre o que é a grandeza do acto real da história e a grandeza do acto epistemologicamente real da historiografia é sempre imensa.

A responsabilidade não é do historiador, mas da imensa massa de pormenor que constitui a história, relembramos, iniciada num qualquer *big bang*, numa qualquer forma de *Génesis*, laico ou religioso.

Poderá um auditor/leitor inteligente perguntar: então, e se o evento for não complexo, mas simples? A resposta é, ela sim, simples: *não há eventos simples*, não apenas por causa da já assinalada



dependência, segundo o ser, de tudo de tudo, mas porque, mesmo que se isolasse qualquer acto designado como «simples», tal simplicidade seria falsa.

Exemplifique-se: o discurso de Winston Churchill à Câmara dos Comuns quando tomou posse do cargo de Primeiro-Ministro da Grã-Bretanha, em Maio de 1940. Poder-se-á pensar que isolando este acto da vida deste homem e do resto do que se passava em seu redor, estamos perante algo simples: um homem discursando durante alguns minutos num Parlamento.

No entanto, Churchill é uma realidade complexa, não apenas no sentido macroscópico em que habitualmente nos situamos, mas, mesmo descurando as partes psicológica, espiritual, há, a nível bio-fisiológico ou a níveis ainda mais finos de isso que constituía o seu corpo em sentido físico, uma complexidade humanamente impen-sável.

Ora, sem quaisquer destas suas dimensões, Churchill não teria feito aquele discurso.

Deste modo, para que pudesse haver um relato historiográfico completo do que foi o acto de Churchill naquele discurso, teríamos de ter a possibilidade de descrever e narrar cada um dos sub-actos que naquele momento, dito histórico, o constituíram como o acto macroscópico político que ficou registado, não na história, mas na historiografia.

A história, propriamente dita, já toda ela morreu para sempre: cada acto, “simples” ou complexo, que constitui o ser da história, morre assim que ocorre. E morre para sempre neste mundo. Dele apenas sobrevivem entidades que mais não são do que relações com ele: os monumentos e as memórias. Estas últimas são o que é o acto espiritual de quem as tem, quando as tem, enquanto as tem.

O mais são monumentos e os monumentos são cadáveres historiográficos, a menos que alguém os transforme no acto vivo da memória. O caso mais evidente é o da escrita hieroglífica egípcia antiga, apenas monumental, até que Champollion dela fez memó-

ria, ao decifrar a famosa lápide de Rosetta. Com esta decifração, todo um mundo memorial, complexíssimo, se nos revelou e se nos revela ainda a cada momento, a partir do trabalho historiográfico de grandes investigadores. Sem a sua decifração, a monumentalidade egípcia não seria mais do que um imenso conjunto de belíssimos desenhos com um eventual significado qualquer.

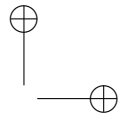
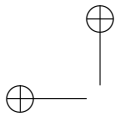
Todo este discurso serve para que se perceba que o acesso às fontes e o valor historiográfico e possivelmente histórico das mesmas tem universalmente os mesmos problemas, seja a fonte laica ou religiosa, antiga ou moderna, seja o discurso de Sócrates no seu julgamento seja o já referido de Churchill, seja um discurso de tipo religioso.

Não é, assim, por ser tratar de uma fonte laica que tal fonte é necessariamente melhor ou pior do que uma fonte religiosa. No limite, do absoluto da experiência dos Evangelistas, por exemplo, sabe-se, *em absoluto*, tanto quanto da experiência do Imperador Marco Aurélio, que também deixou escritos.

A questão não é da qualidade das fontes monumentais ou memoriais não é dos historiadores, mas diz respeito à *estrutura do ser: não é possível transmitir o absoluto de uma qualquer experiência*.

O que se transmite é sempre um relato protocolar de tal mesma experiência, que é uma representação linguística de tal experiência, que procurará ser-lhe o mais fiel possível, mas que nunca pode com ela coincidir, pois *a experiência, em seu absoluto, foi o que foi e isso já foi aniquilado*. O que resta é um monumento ou uma memória e, relembramos, monumento e memória não são «a história real», mas apenas suas representações.

Deste modo, e sendo esta condição segundo o ser inultrapassável, não é possível fazer-se historiografia sem que esta esteja baseada num acto de fé racional: acredita-se que pelo menos algo do que é relatado ou encontrado monumentalmente constituído é consentâneo com o que foi a realidade construtora da história. Pode



ser tudo, mas também pode ser nada. Em que se pode acreditar? Tal é o papel do investigador crítico em fontes históricas.

Por mais céptico que seja o historiador, este tem sempre de acreditar que há alguma veracidade representacional no que estuda ou, então, está a estudar exactamente o quê, porquê e para quê?

Por este motivo, repetimos, incontornável, *o monumento ou o relato memorial deve ser tomado no que é*, e apenas depois devidamente criticado segundo todas as técnicas historiográficas – e são muitas – aplicáveis.

Feito este trabalho epistemologicamente correcto, o que for dado como historiograficamente válido deve ser aceite como instrumento de trabalho fidedigno para que se possam desenvolver futuros trabalhos, sem esquecer que, sendo a historiografia, na sua complexidade, uma ciência crítica, pode sempre haver desenvolvimentos no que respeita à fixação historiográfica. Todavia, tal não deve constituir impedimento para que, dado o monumento historiográfico como cientificamente válido, se trabalhe sobre ele.

